

33º Encontro Anual da Anpocs

GT 11

Democracia, comunicação política e eleições

O Voto em Juiz de Fora

Franklin Soldati

PPGCSO - UFJF

O voto em Juiz de Fora¹

Franklin Soldati

Introdução

O presente artigo propõe a hipótese de uma maior participação do eleitorado de Juiz de Fora, no comparecimento em processos eleitorais, para cargos do executivo municipal, estadual e federal, numa verificação comparada com outras importantes cidades brasileiras, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Uberlândia², através dos resultados das ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS no período de 2006 a 2008. A discussão envolve distintas perspectivas dos conceitos de participação eleitoral, alienação eleitoral, modelos de explicação do voto, bem como adota a idéia de um sistema partidário eleitoral brasileiro. Para comprovar a maior participação do referido eleitorado, será fundamental tentar identificar características próprias do eleitor juiz-forano. Portanto, além da revisão bibliográfica, serão utilizadas técnicas estatísticas, análise fatorial e modelos de regressão, buscando estabelecer associações entre índices sócio-econômicos e participação eleitoral.

Atualmente, a Justiça Eleitoral brasileira adota uma distinção entre os votos válidos, aqueles indicados aos candidatos, e entre os chamados votos inválidos, os nulos e os em branco. Mas também é importante lembrar que o voto no Brasil é obrigatório, de modo que ao enxergar numa outra perspectiva, teríamos um outro par de opostos, produzindo um tipo de comportamento eleitoral, que abrange o comparecimento e o não comparecimento. Entretanto, a questão abordada aqui pressupõe que aquele eleitor que comparece aos locais de votação mas não vota num candidato, apesar de cumprir sua obrigação legal, deixa de votar efetivamente e, por isto, poderia ser colocado ao lado daqueles que deixam de

¹ Este artigo foi escrito para o 33º Encontro Anual da ANPOCS – 2009 e parte dele comporá a dissertação de mestrado do autor no PPGCSO-UFJF, em curso.

² A razão da escolha das cidades, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, se deveu ao fato destas serem metrópoles nacionais. Já Uberlândia, por ser uma das cidades mineiras mais similares à Juiz de Fora, em aspectos como extensão, urbanização, demografia, economia, etc.

comparecer ao local de votação. Portanto, a soma deste novo terceiro conjunto, o de eleitor desviante, indicaria, em alguma forma e em alguns momentos, a participação eleitoral.

Desse modo, este artigo é dividido em partes. Primeiramente, serão abordados os chamados “eleitores de comportamento desviante”, considerando as possibilidades de votos em branco e nulos, como os de abstenção, mas, principalmente, privilegiando trabalhos que enfatizam o conceito de *alienação eleitoral*. Em seguida, os chamados “eleitores de fato”, em que serão destacados trabalhos que priorizam a participação eleitoral. Foi dada atenção especial ao trabalho de Flávio Eduardo Silveira, pois ele faz um inventário dos modelos de explicação do voto, bem como procura aplicá-los à historiografia brasileira, apesar de propor a emergência de um novo tipo de eleitor, o qual será aqui criticado adiante. Numa terceira etapa, serão tratados alguns trabalhos organizados por Olavo Brasil de Lima Junior, que analisam o sistema partidário eleitoral brasileiro. Na quarta parte do artigo, serão avaliados os dados levantados das eleições citadas. A última parte fará um balanço de tudo o que foi visto, porém procura focalizar o eleitorado juiz-forano, privilegiando o trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos, cuja obra, acredita-se, consegue avançar no entendimento da participação eleitoral.

1 - Eleitores de comportamento desviante

Quando o eleitor deixa de comparecer ao local de votação deve justificar o seu voto. É fato que o não comparecimento pode se dar por vários motivos. O mais conhecido é quando o eleitor se transfere de cidade em razão de trabalho ou estudo, de modo permanente e / ou temporário, mas deixa de transferir o seu título de eleitor para a cidade de destino, ao invés de retornar à cidade de origem para o ato eleitoral. Porém, na maioria das vezes, o eleitor valoriza a situação do pleito com sua situação atual e aí decide se abster, votar ou justificar o voto. Atualmente, apesar de restringir o voto indevido, o voto de protesto e o erro, ao voto nulo, a urna eletrônica o permite, bem como permite o voto em branco, que também pode englobar o voto de protesto e o desconhecimento.

Será Éder Araújo de Assis (Assis, 1998) escreveu sobre as eventuais alterações nos indicadores de participação e alienação eleitoral em função da introdução da urna eletrônica, ao comparar as eleições de 1994 e 1998, em Minas Gerais e Goiás. Teorias de comportamento eleitoral à parte, toda a análise se pautou na pouca variabilidade ocorrida na eleição de 1998 em relação à 1994, quanto ao número de eleitores que compareceram às urnas, votantes, e quanto à variação do número daqueles que votam em branco, votam nulo, ou se abstêm. Tanto em Goiás quanto em Minas, o percentual de votantes caiu ligeiramente, enquanto o percentual da abstenção subiu, também ligeiramente. O interessante é que houve aumento do total de votos válidos e declínio dos votos brancos e nulos na grande maioria dos pleitos, nos dois estados. Mas foi mais significativa a diminuição de votos brancos e nulos, nas eleições proporcionais, nos dois estados. Portanto, apesar de não poder afirmar, Assis indica que tais variações apontam, provavelmente, para a introdução do voto eletrônico. Ressalta ainda que, mesmo implantado parcialmente nos dois estados, tal introdução parece tentar corrigir a diferença nas taxas de participação das eleições majoritárias em comparação com as eleições proporcionais, produzindo uma maior homogeneidade no comportamento eleitoral. Sua explicação é baseada no argumento de que as eleições para presidente, governador e senador solicitavam apenas a marcação de um X, sendo que nas eleições proporcionais era necessário que o eleitor escrevesse o nome ou o número do candidato, podendo induzi-lo a erros. Agora, na era eletrônica, todos os votos exigem o mesmo esforço, lembrando que, desde 1988, vigora a máxima franquia eleitoral, na qual é facultado o voto aos analfabetos (bem como aos maiores de 16 e menores de 18 e também aos maiores de 70 anos). Assis defendeu ainda que a extensão do voto eletrônico a outros estados levaria, conseqüentemente, ao aumento da participação eleitoral, resultando numa maior legitimidade do processo político.

Outro que privilegiou as questões de escolaridade é Olavo Brasil de Lima Junior (Lima Junior, 1990), procurando demonstrar, em nota de pesquisa, que os determinantes do absentismo não são os mesmos fatores que produzem o voto branco e o voto nulo. Tal nota tem como ponto de partida avançar sobre as respostas de um trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos, no qual ele analisou as taxas de alienação eleitoral. Neste trabalho,

avaliou que a taxa de alienação eleitoral independe da ação do governo, bem como dos ciclos de progresso ou retração econômicos. Enfatizou que quanto maior for a credibilidade do pleito, ou a força do significado político efetivo, menor será a taxa de alienação eleitoral, existindo, de fato, um valor do voto, já que o eleitor percebe uma relação custo-benefício. Contudo, Lima Junior ressaltou que antes do cálculo racional de como votar, o eleitor avalia, também racionalmente, se vai ou se poderá fazê-lo. Fatores externos acabam por diminuir a capacidade decisória, tais como extensão territorial do estado, grau de urbanização e escolarização. No modelo de regressão em que a taxa de abstenção é a variável dependente, Lima Júnior identificou que quanto maior a extensão do estado, maior a taxa de abstenção eleitoral, esta a significância mais robusta. No que tange à urbanização, verificou que ela afeta negativamente a abstenção, pois quanto maior, menor a taxa da abstenção. Já as variáveis indicadoras de baixa escolarização afetam positivamente, pois quanto maiores, maior será a abstenção. Tal resultado é enaltecido por ele, já que confirmou uma tradição teórica que valoriza a educação como porta de entrada à participação política. Além disso, demonstrou que o direito ao voto não se dá apenas pelo cálculo político, mas também pelo físico (ecológico). Quando adotou a taxa de votos em branco e nulos, como variável dependente, Lima Júnior identificou que a extensão do território tem efeito negativo sobre as mesmas. Isto provavelmente aconteça, segundo ele inferiu, pelo fato de que caso o eleitor vença as barreiras ecológicas, ele tenderá a votar, mesmo que apenas numa legenda, e não a votar em branco ou nulo. Quanto à baixa escolarização, afeta positivamente, pois quanto maior o analfabetismo, maior a probabilidade de votos em branco e nulos.

Erinaldo Carmo e outros (Carmo, Cordeiro e Rocha, 2006) publicaram estudo das últimas 17 eleições até 2006 no estado de Pernambuco considerando elementos históricos, políticos e sociais relevantes e referentes à participação eleitoral, na escolha dos candidatos à Câmara dos Deputados e à Assembléia Legislativa. Tais autores chegam a defender a possibilidade de que o otimismo e o pessimismo sejam relevantes na participação política. Mas, primordialmente, a auto-estima como a condição essencial no processo eleitoral. Portanto, quando se percebe indiferença das autoridades políticas nas demandas de transformação da sociedade, os cidadãos reduzem sua inclinação para a participação. Quando, ao contrário,

suas demandas são correspondidas e sentem que a participação tem poder de intervenção na realidade política de sua sociedade, os cidadãos sentem-se inclinados a participar continuamente.

Com isto, após observarem que a participação dos eleitores pernambucanos tem sido inferior à média regional e nacional, os autores procederam avaliação da evolução temporal do conjunto participação X alienação, tanto na Assembléia quanto na Câmara. As informações que apresentam são interessantes pela capacidade de sugestão. Também é importante destacar que as taxas de alienação têm o mesmo comportamento, quer na Assembléia, quer na Câmara. Do mesmo modo, os picos de alienação ocorrem em momentos de grande importância política. Primeiro, em 1954, com a crise política do governo Vargas, ocasião de seu suicídio. Depois, durante a tensão do governo militar, em especial após a promulgação do AI-5. Por último, após a crise do governo Collor, em que a alienação chegou a superar o percentual de votos válidos.

No que concerne à mobilidade parlamentar em Pernambuco, puderam observar, desde 1950, uma taxa média de renovação abaixo da média nacional, tanto para deputado federal quanto para deputado estadual. O conservadorismo se assume como marca do estado e assim entende-se por que a bancada federal do estado é uma das que menos se renova no país. Comentam as diferenças dos métodos utilizados para a distribuição das cadeiras entre os partidos, citando o livro “Sistemas Eleitorais” de Jairo Nicolau, editado em 2001 pela FGV. Neste livro fica apontado que são dois os métodos utilizados em eleições parlamentares de países democráticos. Observaram, com isto, que a distribuição das cadeiras seria diferente em seis das oito eleições analisadas em Pernambuco, caso o método utilizado para o cálculo da distribuição das cadeiras, no Brasil, fosse o Sainte-Laguë, que privilegia os partidos que obtiveram menos votos, ao invés do atualmente adotado (desde 1950), o D’Hondt, o qual privilegia aqueles partidos que obtiveram mais votos.

2 - Eleitores de fato

Uma das tentativas de entender o comportamento eleitoral brasileiro foi realizada por Flávio Silveira (Silveira, 1998). Em seu livro “A decisão do voto no Brasil” ele aborda, primeiramente, as modificações do comportamento eleitoral brasileiro. Assim, clientelismo, identificação partidária, clivagens sócio-econômicas, personalismo, racionalidade e volatilidade eleitoral, informação política e participação, mídia e marketing político concorreram para compor o comportamento eleitoral brasileiro e caracterizar suas mudanças. A partir destas distinções, ele procura trabalhar o ato da escolha eleitoral, através da construção de uma tipologia que abarcasse todas as motivações eleitorais, todas as formas de escolhas e todos os tipos de eleitores, até alcançar o tipo *novo eleitor não-racional*. Este tipo seria caracterizado pela escolha intuitiva, cujo foco seria a imagem do candidato, em que a decisão do voto se construiria na montagem de uma série de informações simbólicas, valorativas e de apelo emocional e não com base nos argumentos lógicos propostos pelos candidatos. Por operar distinções e identificação de alguns tipos eleitorais até o advento da televisão e mídias eletrônicas, o autor consegue uma tipologia interessante e propositiva. Apesar de concordar que seu trabalho contribui ao avanço teórico por estabelecer a discussão científica, acredito que ele não comprova a predominância de seu tipo ideal.

Em sua própria defesa, ele alega uma pesquisa qualitativa, que não traz indicações de números finais, mas deixa indícios que em todo o trabalho apenas 10% dos entrevistados escolheram a mesma direção ideológica nos sete pleitos que analisou. Também verificou que 50% dos seus entrevistados se encaixariam naquela classe de eleitores contraditórios, que escolhem candidatos e partidos politicamente díspares numa mesma e / ou em várias eleições. Devido a isso, veio crescendo a taxa de volatilidade eleitoral no país, tese fundamental do *novo eleitor não-racional*. Silveira pressupõe uma heterogeneidade do eleitorado em relação ao saber político e por isso a pluralidade de fatores que acabam por influenciar a decisão do voto o que nem sempre é uma atitude consciente.

De todas as teorias trabalhadas por Silveira, será a que trata das influências da mídia e do marketing político a que sustentará seu modelo, pois seria a responsável pela emergência do

tipo eleitoral que defende. Para ele, ficou comprovado que cada indivíduo ao receber informações da mídia processa diferentes interpretações da realidade. Sendo assim, atualmente, as análises que avaliam a influência da mídia buscariam entender o processo cognitivo e a recepção pelos indivíduos e os distintos segmentos sociais. Já se poderia, portanto, reconhecer que a seleção e a identificação de imagens e símbolos não é feita apenas de forma racional, mas, principalmente, afetiva e emocionalmente.

Um dos motivos do declínio da identificação partidária estaria no fato de a mídia se instalar numa posição entre o candidato e o eleitor, substituindo as organizações e burocracias dos partidos no papel de mediação com o eleitor. Isto operaria, por outro lado, uma substituição do discurso dos comícios pela linguagem televisiva. Nesta linha, Silveira expõe a teoria da política como espetáculo, no qual a televisão atuaria fortemente na personalização da política eleitoral. Apresenta autores que explicam como se comportariam a maior parte dos eleitores, prestando menos atenção aos argumentos políticos lógicos que nos argumentos picantes da vida dos candidatos, de modo que aqueles eleitores que se informariam politicamente na televisão, apresentariam menor capacidade de discernimento político, também atribuindo menor interesse pelos conteúdos programáticos, uma vez que a capacidade de candidatos, através do marketing político em utilizar a linguagem simbólica e o espaço televisivo foi aumentada.

Ao reconhecer a pluralidade dos fatores orientadores, Silveira tenta então buscar estruturas que expliquem o comportamento eleitoral. Dessa forma, ao negar a hegemonia de uma teoria, indica a parcialidade de todas as teses que estudou, apontando a emergência de um novo tipo de eleitor chamado por ele de *novo eleitor não-racional*, proporcionada por condições favoráveis dado ao crescimento da importância da mídia nos processos eleitorais. Ele reforça o fato de que quase todos os eleitores se utilizam, ou já se utilizaram, de cálculos racionais. Em contrapartida, também quase todos seriam de alguma forma influenciados por sentimentos e emoções. A grande diferença verificada é que o antigo comportamento não-racional era previsível pela simples identificação do partido do eleitor, já o novo comportamento baseado em consultas à sensibilidade e sentimentos internos só poderá ser

conhecido no momento em que a decisão é tomada. Por tudo isso, adverte que os pesquisadores acabaram deixando de lado os eleitores desinformados, que não se orientam por idéias nem por interesses específicos, não se orientando por lógicas políticas. Assim, Silveira elabora uma tipologia que congrega cinco temas: identificação, clientelismo, racionalidade, delegação e alienação. Também indica a formação de três grandes modalidades de escolha eleitoral, a saber: comportamento não-racional tradicional, comportamento racional e *novo comportamento não-racional*.

Consegue definir o *novo eleitor não-racional* como um eleitor consumidor escassamente informado, que escolheria os produtos pelos atributos simbólicos que ele oferece. O candidato seria, na verdade, um produto especial que o marketing político procura dar um tratamento diferenciado, de modo a minimizar ou neutralizar os aspectos negativamente críticos, de maneira que a disputa eleitoral acabará girando em torno das clivagens entre a imagem e o posicionamento dos candidatos. Tal eleitor acreditaria mais em políticos atuantes e menos em valores, normas e métodos democráticos. Confiaria em alguns políticos em razão de características morais e simbólicas e não em partidos e democracia. Na verdade, ele os testaria a cada instante, apesar de equivocar-se com frequência. Deste modo, a política torna-se “apolítica”, trabalhada na mão de especialistas e os partidos tornam-se instrumentos nas mãos de uns poucos. Mas como pensar a democracia?, pergunta Silveira. Na teoria de Schumpeter (Cf. Silveira, 1998), ela funciona como um arranjo, no qual os grupos organizados e em competição são regulados. Apesar de ser função dos eleitores escolher as lideranças que cuidarão da política, se a situação muda, eles podem mudar o voto, daí o voto flutuante e mudancista. Ele acaba defendendo que não se pode ignorar a realidade do mundo político e da necessidade de os atores alterarem velhos métodos, atraindo o novo tipo de eleitor, a fim de potencializar os resultados. Acredita que o atual enfraquecimento dos partidos e a personalização da política pode parecer um retrocesso, tal como a instituição do *novo eleitor não-racional*. No entanto, bastaria lembrar os antigos partidos burocratas e centralizadores, bem como o voto clientelista, para se chegar à conclusão que apesar de instável e precário, o *novo eleitor não-racional* é benéfico ao sistema democrático. O momento, na visão dele, é de reestruturação das referências ideológicas, num verdadeiro

litígio intelectual, de modo que a quem couber maior habilidade e maior capacidade afetiva poderá atuar mais efetivamente nos rumos que virão.

3 - O sistema partidário eleitoral brasileiro

No livro “O sistema partidário brasileiro”, organizado por Olavo Brasil de Lima Junior, José Antonio Giusti Tavares (Giusti Tavares,1997) afirma que foi apenas com a contribuição do próprio Lima Junior que a competição partidária, eleitoral e parlamentar passou a ser examinada rigorosamente como sistema e todo o impacto mecânico resultante do processo eleitoral sobre o sistema partidário parlamentar. Também os efeitos psicológicos e estratégicos que as regras e as instituições eleitorais acabariam por exercer sobre os eleitores e sobre os partidos políticos. Isso acabou definindo a própria fisionomia do sistema partidário eleitoral. Pode-se, desse modo, analisar a diversidade dos padrões regionais, de distribuição de preferências partidárias do eleitorado e, conseqüentemente, a existência e diversidade de subsistemas partidários estaduais. Lima Junior então revela que colégios eleitorais estaduais possuem magnitudes diferentes em razão da carta constitucional, o que acabará acarretando um processo de fragmentação do sistema partidário congressional brasileiro.

No mesmo espaço, quem avalia o sistema partidário mineiro, nos anos 80 e 90, é Leonardo Alves Lamounier (Lamounier,1997). Inicia propondo um refinamento do termo participação eleitoral, que poderia, no entender dele, incluir o comparecimento, a abstenção, os votos brancos e votos nulos, como ainda os votos válidos e a alienação eleitoral. Lamounier pode constatar que ao lado de uma instabilidade no comparecimento às urnas, houve expansão do eleitorado, principalmente propiciada pelo processo de modernização do próprio estado de Minas, tais como urbanização, escolarização, faixa etária do eleitorado e alargamento do sufrágio por decisão legal, como também a grande criação de partidos. Confirma ainda que o eleitor mineiro votou hierarquicamente neste período, pois quanto maior a centralidade do cargo, menor foi a proporção de votos brancos e nulos. Mas não deixou de visualizar uma apatia política crescente no período, o que comprovaria a persistência de obstáculos ao exercício do voto.

Em seguida, parte para avaliar a votação das coligações partidárias, projetando o índice de avanço partidário com base no número de partidos efetivos até alcançar a taxa de fracionalização eleitoral e parlamentar. Com ela, confirma a proposta de “Era” que os sistemas partidários parlamentares são sempre mais fragmentados que os sistemas partidários eleitorais. O que salta aos olhos é que, no Brasil, tal índice tem variado expressivamente num curto espaço de tempo. A partir daí, ele passa a se preocupar em avaliar a volatilidade eleitoral em Minas, ou seja, a tendência de transferência de voto de um partido para outro. Para chegar a este cálculo de volatilidade, Lamounier agrupou os partidos em blocos ideológicos. Pode verificar um decréscimo da volatilidade dos anos 80 em comparação aos anos 90, o que representaria uma consolidação do novo sistema partidário, apesar de ter diminuído o aumento do número de eleitores, bem como diminuído o aumento do número de partidos. Mas, fundamental foi avaliar que a volatilidade intrabloco será superior à volatilidade interblocos, na grande maioria das vezes.

Ainda no mesmo livro, quem cuida da análise do sistema partidário do Rio de Janeiro é Rogério Augusto Schmitt (Schmitt, 1997). Embora o foco do trabalho se refira às eleições, no período entre 1982 e 1994, da Assembleia Legislativa Fluminense e para a Câmara dos Deputados, seu artigo faz considerações interessantes sobre este sub-sistema partidário e que poderá ser útil para as confrontações de teses a respeito da política nacional. Ao tratar do multipartidarismo, ele tenta estabelecer uma conexão entre o sistema partidário fluminense e o cenário das eleições majoritárias estaduais, uma vez que o contexto político-eleitoral da disputa seria, segundo ele, fator decisivo nos resultados obtidos pelos partidos políticos na disputa pelas cadeiras. As lideranças sempre se envolveriam na disputa, tornando as eleições no Rio das mais acirradas do país, além do fato de a política carioca ser pluripartidária (bem como oposicionista), o que poderia ser confirmado com a pontuação da magnitude eleitoral dos partidos, quase nunca inferior a quatro. Por isso, mesmo onde havia, nos idos de 1982, na maioria dos estados brasileiros, uma tendência bipartidária, no Rio apenas um dos cinco partidos inscritos não obteve votação acima dos 10%, numa clara demonstração à dispersão das preferências por vários partidos.

Ao computar os resultados das eleições citadas, Schmitt comenta que observadores não-acadêmicos sempre afirmaram que o eleitorado do estado era composto de 3/3, ou seja, 1/3 de brizolistas, um terço de anti-brizolistas e por 1/3 de eleitores volúveis e, de fato, quem acabaria por determinar o resultado final de qualquer eleição seria o último grupo. Schmitt chega até a considerar tal tese para os cargos majoritários do Estado nas décadas de 1980 e 1990, mas prefere avaliar também o comportamento das eleições para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa. Para melhor entender como o eleitorado se orienta e se comporta, ele parte para a formação de blocos ideológicos, bem como para proceder às análises das taxas de volatilidade eleitoral. Resultados em mãos, pode inferir que o Rio possui blocos parlamentares consistentes à esquerda, ao centro e à direita, sendo que nenhum é capaz de hegemonia absoluta. Esquerda e centro disputariam mais acirradamente, enquanto a direita seria sempre minoritária. Schmitt acha que isto combinaria com a sabedoria política fluminense da lei dos terços, agora na forma de brizolistas e anti-brizolistas e o centro, apesar de anunciar que o eleitorado carioca não teve plena condição de estabelecer a formação de vínculos e identidades dos eleitores com os partidos políticos, em razão das muitas alterações nas regras eleitorais. Após avaliação dos dados, da representação carioca na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa, calcula-se que a volatilidade total média alcance cerca de 1/3 do número de votantes, comparando duas eleições consecutivas. Observa ainda que, a longo prazo, existe uma tendência de diminuição da volatilidade, apesar do peso desigual de cada tipo de eleição, de modo que 2, em cada 3 eleitores preferem votar no mesmo partido. Na Câmara dos Deputados, em média, metade da volatilidade será intrabloco, portanto, um em cada dois eleitores que mudam o partido do voto não mudam para qualquer partido, mas para um do mesmo bloco ideológico. Por isso, ele acaba inferindo que, se verdadeiros tais comportamentos, um em cada três eleitores não é fiel a qualquer partido e que, por isto, mudará seu voto, podendo-se depreender que a outra metade manterá sua preferência, procurando votar dentro do mesmo bloco ideológico. Como resultado final, somente 1/6 do eleitorado teria comportamento imprevisível.

Os que se encarregam de analisar o sistema partidário paulista são Marcus Figueiredo e Vladimyr Lombardo Jorge (Figueiredo, Lombardo Jorge, 1997). Tinham como objetivo examinar os resultados de quatro eleições proporcionais para a Assembléia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, no período de 1982 a 1994. Adotam a noção de sistema partidário do próprio Lima Junior, ou seja, que dois partidos, no mínimo, apresentem candidatos aos cargos públicos. Para os autores, as sucessivas e ininterruptas reformas das leis eleitorais, e dos próprios partidos, acabaram impedindo um processo natural de formação e institucionalização dos sistemas partidários brasileiros, ao contrário do que se pode observar pela ciência política, em países com experiências político-eleitorais de longa maturação. A consequência é um sistema partidário artificial e que exige uma reaprendizagem constante por parte do eleitorado na identificação de quais atores representam, o que segundo os autores, apesar disto, o eleitorado tem se saído bem na busca de referências político-partidárias para efetuar o voto.

Para proceder uma classificação dos sistemas partidários, resolvem seguir Giovanni Sartori (Cf. Figueiredo, Lombardo Jorge, 1997), o qual orienta o estudo pelo número de partidos relevantes (processo que chama de fragmentação), como ainda seguir uma avaliação da posição ideológica dos mesmos partidos (processo que chama de polarização). Os dois procedimentos combinados resultariam numa classificação e tipologia que ordenam os sistemas partidários em competitivos e não-competitivos. Os competitivos ainda poderiam ser classificados em bipartidários e pluripartidários (moderados ou extremados). A fracionalização do sistema partidário também é analisada: quanto maior, menos homogêneo, e seu contrário, quanto menor, mais homogêneo. Figueiredo e Lombardo defendem melhor operacionalidade da proposta de Laakso e Taagepera (Cf. Figueiredo, Lombardo Jorge, 1997), em relação ao índice de fracionalização pura e simples, pois pela simples visualização do outro, é possível entender o comportamento do sistema, citando como exemplo o índice $N = 2,432$, onde a parte inteira indicaria a existência de dois partidos efetivos e a parte decimal a existência de terceiros partidos residuais. Os partidos residuais, embora não tenham nem força eleitoral suficiente, nem força parlamentar suficiente para se assumirem como efetivos, ao ponto de transformarem um sistema bipartidário em multipartidário,

podem obter cadeiras suficientes para alterar possíveis coalizões majoritárias, isso tanto num bipartidarismo, quanto num sistema de mais de três partidos efetivos, de acordo com as circunstâncias. E esta seria, segundo eles, a situação que vive o nosso congresso desde 1986, após a reforma eleitoral e partidária.

Para apreender as mudanças ocorridas, ou em curso, no sistema partidário, Figueiredo e Lombardo defendem o uso do índice de volatilidade eleitoral agregada, que mede as mudanças das preferências partidárias. Como hipótese histórica, defendem que um sistema partidário seria institucionalizado quando a volatilidade eleitoral for constante e baixa por um longo período de tempo. Aconselham o indicador de Petersen (Cf. Figueiredo, Lombardo Jorge, 1997), acrescido do sinal positivo ou negativo, que indicaria se o partido ou bloco partidário perdeu ou ganhou votos ou cadeiras, podendo até indicar um realinhamento eleitoral. Figueiredo afirmou, em outro trabalho (Cf. Figueiredo, Lombardo Jorge, 1997), que uma alta volatilidade intrablocos e concomitantemente baixa volatilidade interblocos significaria certa estabilidade eleitoral entre os blocos partidários. A alta volatilidade interblocos poderia significar instabilidade do eleitorado ou rotação dos candidatos. Também uma situação de alta volatilidade entre os blocos poderia indicar uma situação de realinhamento eleitoral.

Outra característica nacional importante é que a maioria dos votos aqui são nominais e não dos partidos, logo, a circulação das elites entre e pelas siglas é perturbador na produção da volatilidade total. Muitas vezes isso acaba gerando interpretações equivocadas, pois ao calcular com base nos votos ou nas cadeiras, o índice de volatilidade se eleva, indicando baixa institucionalização do sistema partidário, mas como já explicado, o eleitor procurará seguir, na maioria das vezes, o candidato e não o partido. Caso o pesquisador prefira analisar o contrário, com base nos candidatos, ele encontrará um índice de fidelidade eleitoral que poderá expressar grande estabilidade de candidatos, porém não sistêmica. Quanto ao índice de desproporcionalidade que verificaria a distorção entre a distribuição de votos e a distribuição de cadeiras, uma vez que a representação proporcional é a fórmula adotada em nosso país, Figueiredo e Lombardo concordariam com Jairo Nicolau, para quem os

principais causadores da desproporcionalidade são: a permissão de coligações em eleições proporcionais e o cálculo do quociente eleitoral, que inclui os votos brancos. Para Nicolau (Cf. Figueiredo, Lombardo Jorge, 1997), um índice beneficiaria as menores legendas, que não obtiveram quociente eleitoral suficiente, outro beneficiaria as maiores legendas, aumentando o quociente eleitoral.

Pode-se dizer que também houve, no sistema partidário paulista, uma proliferação de partidos políticos, mas que, apesar de parecer uma anarquia partidária, os autores afirmam ser apenas aparente, pois o eleitorado conseguiu reduzir tal efeito, produzindo, de fato, um sistema partidário real, com um número de siglas menor e digno de democracias. Constatação importante foi verificar que a volatilidade intrabloco é sempre superior à interbloco, independente da fonte ou do nível. Pode-se observar no estudo que não houve, no período 1982-1984, uma situação de realinhamento eleitoral acentuado como no de 1945-1964, além de ter sido percebida relativa estabilidade eleitoral entre os blocos partidários. Portanto, mesmo que o eleitor reorientasse seu voto, o faria dentro do mesmo bloco ideológico. Outra explicação para a alta volatilidade intrabloco é atribuída à instabilidade provocada pela criação de novos partidos e pela rotatividade partidária dos candidatos.

De acordo com os autores, o sistema partidário paulista se assemelha àquele pré-1964, estudado por Lima Junior (Cf. Figueiredo, Lombardo Jorge, 1997). Desse modo, após o bipartidarismo do regime autoritário, São Paulo, em quatro eleições, volta ao leito político-eleitoral, multipartidário, pluralista, moderado e polarizado, notando-se o crescimento da esquerda e a divisão das elites partidárias paulistas que, do PMDB, acabou gerando o PFL, o PL e o PSDB. Estas e outras divisões partidárias representariam apenas a função de acomodar as respectivas elites partidárias.

4 - Avaliando os dados

Como fonte geral de dados foi utilizado o “Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil” (IBGE, 2003), que contém variáveis sócio-econômicas, relativas ao censo de 2000, importantes para dimensionar a qualidade de vida, mas que em sua maioria não foram usadas

diretamente para compor tal índice. As variáveis relativas às eleições foram retiradas diretamente do *site* do TSE. Não foram avaliadas devido à baixa ocorrência, aquelas relativas ao 2º turno das eleições. A ampliação do número de cidades foi necessária, pois dados de apenas cinco cidades seriam insuficientes para qualquer análise mais avançada, de modo que foram selecionadas 54 cidades brasileiras. Esta escolha se baseou no critério de incluir todas as capitais, inclusive o Distrito Federal. Foi escolhida uma segunda cidade de destaque estadual, que estivesse relativamente distante da capital estadual, além de estar incluída entre as 100 maiores cidades brasileiras. As exceções foram para Minas Gerais, onde se ampliou o número para cinco cidades, já que Juiz de Fora é motivo do presente estudo. Assim, em Minas, foram escolhidas cidades que podem ser consideradas pólos em suas regiões. Em São Paulo também ampliou-se o número para três, dada a pujança do estado.

Ao se avaliarem os pressupostos estatísticos para aplicação dos modelos de regressão, foi observado que o índice da intensidade da indigência sobe quando a “Renda per Capita” é alta, e que o índice da “Intensidade da Pobreza” desce quando a “Renda per Capita” sobe. Ou seja, à medida que a renda vai subindo, vai diminuindo a pobreza e aumentando a indigência. Fica subentendido que cidades médias vão superando a pobreza e que grandes cidades, apesar disso já terem resolvido, não conseguem eliminar o problema da indigência³. No cruzamento com a “Intensidade da Indigência” o R^2 é baixo, indicando provavelmente uma relação não-linear. Mas, se ao menos forem retirados aqueles pontos que iniciam o movimento ascendente, cidades como Brasília, Vitória, Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo e Ribeirão Preto, ou seja, metrópoles, tem-se uma interpolatriz com um R^2 de 0,466, que já pode ser considerado algo razoável numa equação de correlação. Ao final da citada análise, os pressupostos da “Regressão Linear Múltipla” - RLM foram em parte atendidos, possibilitando a aplicação dos modelos.

³ Também foi observado que existe uma tendência ao ressurgimento da pobreza em cidades grandes.

Análise Fatorial⁴

As variáveis do Atlas do IDH mensuram aspectos da qualidade de vida da população, sendo portanto correlacionadas umas com as outras, não sendo aconselhável estarem presentes conjuntamente nos modelos de regressão. Uma técnica denominada genericamente de Análise Fatorial é capaz de criar variáveis indicadoras, que resumem a informação de um conjunto de variáveis, na qual a correlação entre estas é grande. Através desta técnica, identificou-se duas dimensões no conjunto de 22 variáveis independentes, por ora selecionadas. Com base nestas dimensões foram produzidos dois fatores capazes de resumir 70% da informação contida nestas variáveis. Após rotacionados, tais componentes explicaram 38,9% e 31,1% do total. Como se verá no quadro abaixo, a interpretação dos fatores se dá pelas cargas, que é a correlação existente entre o fator em questão e a variável, quanto maior em valor absoluto, maior a relação. Seu sinal indica a direção da relação. Os resultados desta análise estão expostos na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1		
Variáveis ora selecionadas	Componentes	
	1º	2º
Esperança de vida ao nascer, 2000	0,597	
Renda per Capita, 2000	0,847	0,417
Intensidade da indigência, 2000	0,593	
Intensidade da pobreza, 2000		-0,757
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 2000	0,476	0,825
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000	0,453	0,837
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira, 2000	0,576	0,678
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV, 2000	0,345	0,831
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000		0,852
Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 2000	0,374	0,841
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório, 2000		-0,881
Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, 2000		-0,578
Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 2000	0,313	
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos 3 dos bens anteriores, 2000	0,756	0,516
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, 2000	0,912	
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com doze anos ou mais de estudo, 2000	0,817	0,404
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 2000	-0,897	
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 2000	-0,908	-0,309
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o curso superior, 2000	0,784	0,441
Taxa bruta de frequência à escola, 2000	0,539	
Taxa de alfabetização, 2000	0,889	
Número de médicos residentes por mil habitantes, 2000	0,750	0,349

⁴ Para os procedimentos de análise fatorial e modelos de regressão foi utilizado o pacote SPSS.

A variável “Esperança de Vida ao Nascer” tem sua carga expressiva apenas em relação ao 1º componente, sendo inexpressiva em relação ao 2º componente. A carga da “Renda per Capita” é expressiva nos 2 componentes, mas a do 1º componente chega a ser quase o dobro da carga do 2º componente. Outra variável é a “Intensidade da Indigência”, verificada como expressiva no 1º componente. Em compensação, a carga da “Intensidade da Pobreza” é muito destacada negativamente no 2º. Poderíamos, dessa forma, começar a delinear a diferença entre a essência do 1º e do 2º componentes. No grupo de variáveis relativas à infraestrutura urbana, a carga do 2º componente de quase todas as variáveis é sensivelmente mais expressiva do que a carga do 1º, o que enfatiza que o 2º componente vai se consolidando como característica de maior poder de distribuição. No que diz respeito ao grupo de variáveis relativas às características habitacionais, verifica-se que, com relação ao “Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios Subnormais”, a carga é expressiva apenas com o 1º componente. Com relação ao 2º, a carga é expressiva negativamente tanto com o “Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios com Densidade Acima de 2 pessoas por Dormitório”, quanto com o “Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios e Terrenos Próprios e Quitados”.

Ao final da análise, o 2º componente ortogonal foi entendido como uma preocupação no atendimento de serviços básicos, uma vez que parece demonstrar que serviços de infraestrutura básica são expressivamente superiores àqueles encontrados no 1º. Por isso, foi denominado como “Preocupação Social Urbana”. Com o 1º componente ficou subentendido um desvio de tal preocupação: o atendimento de serviços básicos. Neste, podem-se observar cargas superiores de escolaridade, de consumo, de atendimento médico, de *renda per capita*. Mas, em contrapartida, as cargas de indigência e de habitações sub-normais são relevantes, além daquelas relativas aos serviços de infraestrutura serem inferiores aos do 2º componente, de modo que o 1º componente ortogonal foi denominado de “Movimento de Reafirmação Urbana”. De posse disto, foi iniciado o procedimento de regressão. Note que considerando os escores dos eixos ortogonais, poder-se-á observar a importância de cada componente ortogonal no desempenho de cada uma das 54 cidades.

Modelos de regressão

Um modelo de regressão é utilizado na tentativa de se explicar uma variável (dependente) com base em outras (variáveis independentes). Optou-se pelo uso do mesmo conjunto de variáveis independentes em todas as variáveis dependentes. Estas, a seguir relacionadas, são descritoras do comportamento eleitoral nas eleições presidenciais e para governadores de 2006 e municipais de 2008 (em alguns casos): “% do Comparecimento”, “% de Votos Válidos”, “% de Abstenção”, “% de Votos Brancos”, “% de Votos Nulos”; “% de Votos Brancos e Nulos”; “Taxa de Alienação”⁵. As variáveis independentes aqui utilizadas foram: “1º componente ortogonal”, “2º componente ortogonal” e “população”. Sendo lançadas nos modelos, primeiramente em separado, para depois o serem em conjunto. Os modelos de regressão foram sintetizados no quadro que segue:

variáveis independentes ³ \ variáveis dependentes ²		1º turno presidencial 2006							1º turno estadual 2006							1º turno municipal 2008							
		P.1 - %comparecimento	P.2 - %abstenção	P.3 - %válidos	P.4 - %votos em branco	P.5 - %votos nulos	P.6 - %brancos e nulos	P.7 - taxa de alienação	E.1 - %comparecimento	E.2 - %abstenção	E.3 - %válidos	E.4 - %votos em branco	E.5 - %votos nulos	E.6 - %brancos e nulos	E.7 - taxa de alienação	M.1 - %comparecimento	M.2 - %abstenção	M.3 - %válidos	M.4 - %votos em branco	M.5 - %votos nulos	M.6 - %brancos e nulos	M.7 - taxa de alienação	
1.1	movimento de reafirmação urbana	+	-					+	-						+	-							
1.2	preocupação social urbana	+	-	+	+	+		+	-		+	+	+		-			+					
1.3	movimento de reafirmação urbana, preocupação social urbana	+	-					+	-									+					
2.1	movimento de reafirmação urbana, e população 4 e			+	-	-					+												
2.2	preocupação social urbana, e e população 4 e			-	+	+					+												
2.3	movimento de reafirmação urbana, e preocupação social urbana, população 4			+		+																	

¹ Foram realizados todos os modelos de regressão indicados, aqueles não significantes estão representados com as caselas em branco. A leitura faz-se como o coeficiente "B" numa tabela de regressão. Por exemplo, na coordenada acima, linha 1.3 e coluna P.1 onde o sinal é positivo, lê-se: quando **aumentam** o "Movimento de Reafirmação Urbana" e a "Preocupação Social Urbana" tende a aumentar a "% do Comparecimento". Quando o sinal é negativo, como na linha 1.3 e coluna P.2 lê-se: quando **diminuem** o "Movimento de Reafirmação Urbana" e a "Preocupação Social Urbana" tende a aumentar a "% da Abstenção".

² As variáveis dependentes foram extraídas do site do TSE;

³ As variáveis independentes foram extraídas do Atlas do IDH - Desenvolvimento Humano do Brasil - IBGE (2000). Os componentes ortogonais "Movimento de Reafirmação Urbana" e a "Preocupação Social Urbana" foram formados conforme a técnica da Análise Fatorial, já mencionada anteriormente;

⁴ A população foi transformada logaritmicamente e dividida por mil;

⁵ Em função do reduzido n, admitiu-se significância em torno de 0,05 %;

⁶ Em geral os problemas de multicolinearidade foram bastante reduzidos mas quando ocorreram foram de ordem moderada.

⁵ Adota-se aqui o entendimento técnico de taxa, ou seja, a soma do número da abstenção, dos votos em branco e dos votos nulos, dividido pelo número de eleitores aptos ao exercício do voto.

Apresentação dos resultados

A leitura dos resultados será feita levando-se em conta a relevância e a tendência dos mesmos. Portanto, modelos isoladamente significantes, ou nem tão relevantes, não serão lidos aqui:

a) O principal grupo de modelos de regressão realizado foi significativo para as eleições presidenciais e para as eleições governamentais, contando somente com os dois componentes ortogonais. Desse modo, quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”. Quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento” e quando aumentam tanto o “Movimento de Reafirmação Urbana”, quanto a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”. Abordando numa perspectiva negativa, o resultado se manteve, pois quando diminuem as mesmas variáveis independentes tende a aumentar a “Abstenção”. Quanto às eleições municipais, não foi significativo em relação ao comparecimento para as eleições municipais, merecendo estudo posterior. Entretanto, quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a abstenção.

b) Quando analisada separadamente a “Preocupação Social Urbana” tende também a aumentar os “Votos em Branco”, os “Votos Nulos”, o “Somatório de Brancos e Nulos”, tanto nas eleições presidenciais, quanto nas eleições governamentais. Quanto às eleições municipais, o modelo se torna significativo quando aumentando-se a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”.

c) Ao introduzirmos apenas a “População”⁶, poderemos concluir que o aumento da população provoca incremento de “Votos em Branco” e de “Votos Nulos”. A diminuição do “Movimento de Reafirmação Urbana” corrobora isto nas eleições presidenciais.

⁶ Transformada logaritmicamente e dividida por mil.

d) Do mesmo modo como verificado em (b), quando aumentam a “Preocupação Social Urbana” e a “População” tende a aumentar os “Votos em Branco”, agora nos três níveis, nacional, estadual e municipal.

5 - Privação relativa, razoabilidade e horizonte do desejo

No livro “Horizonte do Desejo” (Santos, 2007), Wanderley Guilherme dos Santos trata o voto como uma condição mínima, de divisor comum, aos múltiplos interesses advindos da progressiva complexidade social, obrigando os partidos a formularem programas, que muitas vezes aglutinam eleitores com interesses em competição. Entende, portanto, o pluralismo como constituinte do arranjo histórico contemporâneo brasileiro caminhando para um amadurecimento.

Santos acredita que o processo de divisão do trabalho, numa comunidade rudimentar, provocará a especialização dos indivíduos causando isolamento, afetando inclusive a sobrevivência do grupo, dados os riscos de desintegração produtiva. O processo de reintegração, via complementação mútua das especializações, será mais lento que o progresso da própria especialização. Isto, apesar de não diretamente visível em sociedades complexas, deixa rastros pelos desequilíbrios e instabilidades, dada a assincronia de seus distintos momentos. Por isso inexistente a esperança de estabilidade duradoura no país. A resposta nacional tem sido o movimento de criação de zonas e seções eleitorais, a fim de reduzir os custos de participação. Tal movimento acabará reforçando a competição político-partidária. Quando trata dos estudos sobre comparecimento e abstenção, adota a hipótese da expectativa do eleitorado, independente apenas das variáveis educação e renda. Num *cálculo de razoabilidade*, numa espécie de racionalidade fraca, cada qual votaria caso acredite que o resultado possa lhe trazer consequências positivas, ou decida zerar um voto contrário. Caso acredite que não, não comparece ou não vota.

Em relação aos partidos políticos, Santos afirma que funcionam como agências do povo, em que este representado manifestaria suas demandas. Para este autor, a mais sólida crítica à vida partidária-parlamentar brasileira estaria no fato que nossos partidos não seriam dignos do nome e com isto o parlamento seria apenas um *locus* de troca de favores. Mas, contra

isso, alerta que os partidos existem de fato, são coerentes, coesos, representando interesses bem específicos e estão longe de buscar o tempo todo defender interesses locais. Os parlamentares “comportam-se” de modo responsável e sistemático, não-aleatório, pois o contrário impossibilitaria o estabelecimento de coalizões pelos poderes executivos, em torno de programas de ação. Isto não nega seu funcionamento imperfeito, tal como qualquer outro parlamento, participando do bem e do mal.

Quanto à histórica instabilidade brasileira, Santos adverte que ela ocorre tanto produtiva, como improdutivamente, existindo na forma de estabilidades funcionais (dissipativas) para a manutenção do *status quo*, distintas daquelas estabilidades produtivas, capazes de estimular avanços nas condições materiais das sociedades. O autor defende que as sociedades não caminham ao acaso, mas segundo decisões de suas lideranças, ao sabor de erros e acertos em contextos gerados por processos nos quais elas possuem pouco ou nenhum controle. Dessa forma, mesmo com os sólidos juízos negativos acerca do funcionalismo das instituições democráticas, serão as disputas produtivas, expressão da insatisfação poliárquica, as responsáveis pela dinâmica democrática, promovendo o progresso e o bem-estar. Esta insatisfação não seria suficiente para alterar o comportamento da maioria das pessoas, assim como a diferença entre opinião e comportamento e sua origem estariam no superpovoamento do universo político, em comparação ao último período democrático, entre 1945 a 1962. Na verdade, a atual dificuldade estaria em administrar o grande volume de demandas, em que a insatisfação popular revelaria mais descontentamento com o atraso institucional. Um descompasso entre a sociedade política, com uma profunda especialização dos grupos de interesse, e o atraso das instituições. Mas isto apenas confirmaria que o país está entrando e não saindo do universo da política representativa e da universalização dos direitos, no qual grupos e correntes de opinião debatem, confrontam, cooperam precisamente nos parlamentos. O crucial é que outras democracias venceram isto no passado e nós ainda não.

Como o progresso social tem sido exageradamente lento, Santos acredita que a falsa alienação do brasileiro não tem sido avaliada como uma estratégia de sobrevivência, num contexto de precária constitucionalidade como o Brasil. Mesmo assim, seria possível a ele

avaliar o *custo do fracasso*, simplesmente pelo fato de as pessoas serem universalmente dotadas de racionalidade, independentemente da renda ou grau de instrução, podendo assim perceberem as propriedades materiais da sociedade e serem capazes de ajustar sua percepção numa escala em que se vive e na qual gostaria de estar, num âmbito de satisfatória condição de vida.

Os números brasileiros apontam para a insatisfação do modo de vida e, mesmo assim, continuam pouco expressivos os movimentos de associação. Para isto entender, Santos afirma que a redistribuição de renda funciona como base para acumulação de capital, tal como ocorreu em outros países, por isso a saída seria que o governo objetivasse estimular o crescimento econômico, ao ponto de elevar o poder de compra das famílias. A concepção utilitarista de Hobbes é lembrada (Cf. Santos, 2007), já que nela os homens prefeririam o prazer à dor, e mais prazer a menos, num consumo inesgotável. Na prática, os indivíduos vivendo em sociedade acabariam por perceber distribuição desigual na capacidade de consumo. Pode então inaugurar a idéia de *privação relativa*, ou seja, uma métrica do bem-estar, que seria o *hiato* entre as posições final e inicial, avaliada pelo próprio sujeito. Isto seria uma atualização da dinâmica conflitiva da interação social situada por Hobbes, segundo a qual, às sociedades pobres, mas igualitárias, sucedem as dinamicamente cumulativas, mas desiguais. Daí a ambição estimulando a própria vida, apesar dos efeitos da *inércia social*, já que mesmo aquelas alterações significativas costumam ser sentidas apenas como variações incrementais, diluídas nos números agregados. A *inércia* estaria funcionando como vetor estabilizador na rotina interativa social e como tradutora das políticas setoriais na adaptação social. Mas como identificá-la? Para tal, Santos utiliza da análise gráfica de variáveis sócio-econômicas, na qual os dados revelaram uma conservação agregada da distribuição e quando houve evolução, refletiram apenas que a mudança atingiu igualmente as distintas regiões ou estratos, congelando as diferenças regionais. Mesmo assim, concorda que não fossem as políticas de manutenção do *status quo* adotadas, o quadro talvez fosse ainda pior. Na verdade, os indivíduos nascem, crescem, envelhecem e morrem sem que a sociedade tome nota.

A extinção das desigualdades políticas, característica da história da humanidade, seria a proposta de todo o sistema democrático, mesmo que seus resultados reais não obtenham redução das diferenças econômicas. Porém, a *inércia* do *status quo* aqui sempre se mostrou potente, de modo que nossa sociedade mudava, mas estruturalmente continuava a mesma. Para Santos não existem, na realidade, grandes obstáculos à organização da ação coletiva e, ao contrário, confirmam que aquelas ações coletivas que se constituíram conseguiram razoável eficácia na consecução de seus propósitos. Será o perverso mecanismo de permanente acumulação sem redistribuição intermitente que confirmará este aspecto, o mais sutil problema da ação coletiva, o *custo do fracasso*, já que pode resultar em significativa deterioração do *status quo* dos participantes. Ser pobre, no Brasil, indicaria uma alta aversão ao risco, forçando uma orientação por estratégias de sobrevivência e isto acaba retroalimentando o esquema de acumulação, uma vez que não é contestado. Entretanto, o processo de universalização democrática intervém na distribuição econômica. A intensa competição eleitoral obriga os concorrentes a oferecerem melhorias aos seus eleitores, inalcançáveis se tentadas individualmente. É aqui que o voto clientelístico ganha força, pois o custo comparado de melhorias pelo voto e de melhorias por reivindicações coletivas é extremamente baixo, já que a decepção com o político apenas atrasa a constituição de uma melhora real, não deteriorando o atual *status quo*. Em uma próxima investida o eleitor troca o voto. Apesar de abominá-lo, Santos trata o voto clientelístico como a única arma das populações carentes, custo zero com valor de troca permanente. Mas o responsabiliza pelo estado inacabado da República brasileira, para ele em avançado processo de desconstitucionalização.

Conclusão

Apesar de Silveira (Silveira, 1988) se orientar pelas categorias weberianas, ele não alcança, aqui entendido, a importância do significado, que tem lugar relevante no próprio Weber (Weber, 1992). Prefere tratá-las como um obstáculo epistemológico e operar um corte, oferecendo como avanço estas mesmas categorias, reagrupadas, agora, numa oposição dicotômica, racional e não-racional. Admite os valores e a emoção como fundamentais, mas não os admite como integrantes de uma decisão superior. Mesmo se restringindo a tal

dicotomia, acredito que Silveira consegue um tema interessante ao avanço científico, ao propor o tipo *novo eleitor não-racional*. Suas conclusões são otimistas, no sentido de acreditar ainda no processo democrático e, porque não dizer humanitário, mesmo que para ele tal processo dependa quase que exclusivamente de atuais lideranças. Defende também uma melhora qualitativa deste novo eleitor em comparação com o antigo eleitor clientelista. Pelo menos agora este novo tipo de eleitor está disponível. O problema é que Silveira lança toda a maioria dos eleitores, em torno de 50%, neste novo tipo o *novo eleitor não-racional*, mesmo que sua amostra contenha apenas 80 indivíduos e de uma única região do país. A capacidade em admitir uma realidade possível não o autoriza a generalizá-la. Uma abordagem sobre “*mundos possíveis*” ou “*contrafactualidades*”, poderá ser obtida em Magalhães (Magalhães,1997) tornando bem mais clara esta crítica.

Um dos pilares na formação deste *novo eleitor não-racional* é a alta taxa de volatilidade identificada por Silveira. Na proposta de explicação do sistema partidário eleitoral brasileiro, Lima Junior e outros (Lima Junior, 1997) defendem que as inúmeras alterações das leis eleitorais e das questões institucionais acabaram dificultando a institucionalização dos nossos partidos políticos. Também recordam as experiências autoritárias pelas quais o país passou, mas advertem que, ainda assim, o eleitor conseguiu identificar aqueles grupos mais aptos a lhe representar. Puderam afirmar, com base estatística, que de fato existe, nos principais sítios eleitorais, alta taxa de volatilidade. Entretanto, em contrapartida, também identificaram que tais taxas se referem mais à volatilidade intrabloco, ou seja, mesmo que o eleitor mude de candidato ou de partido, não muda sua intenção ideológica ou seu raciocínio político. Eles ainda afirmam que a renominalização das siglas partidárias e rotação dos candidatos nada mais são do que a tentativa de acomodar as elites partidárias e que o eleitor tem sido competente para estabelecer ligação entre a gestão política e o consequente efeito econômico-financeiro que determina o cotidiano de sua vida. Do mesmo modo, a hipótese do *cálculo da razoabilidade* de Santos propõe que o eleitor atue numa preferência racional, tanto no comparecimento, quanto no alheamento eleitoral, já que se achar que o resultado lhe trará resultados positivos, ou que poderá anular um voto contrário, ele vai e vota. Se achar que não, isto é, que os resultados independem de seu voto, ele se abstem, anula ou vota em

branco. Conseqüentemente, os estudos liderados por Santos e Lima Junior e acompanhados por Carmo e outros estão mais baseados empiricamente do que uma pesquisa apenas qualitativa e com um tipo de análise de dados sem poder inferencial. Com relação ao papel da mídia, entende-se que a política pode nela ser trabalhada como espetáculo, mas o eleitor, mesmo que falseante, consegue acertar o passo. A informação será, na maioria das vezes, negociada comunitariamente para somente depois ser amarrada pelo sujeito.

Pode-se então propor o conceito de um “Perfil Urbano Brasileiro” através da existência de dois componentes ortogonais: os indicadores de “Movimento de Reafirmação Urbana” e da “Preocupação Social Urbana”, os quais sugerem que as cidades brasileiras possuem uma dinâmica complexa, visível através da força de sua associação com as variáveis sócio-econômicas. Tal perfil ranqueia, de alguma forma, as conquistas das cidades, podendo-se então avaliar associações entre a situação e o comportamento eleitoral. Portanto, a proposta inicial de comprovar uma maior participação do eleitor de Juiz de Fora em relação a Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Uberlândia, poderá ser confirmada. Quando as cidades são ordenadas pelos indicadores, Juiz de Fora obtém a 19ª posição no 1º eixo, conforme Tabela 2, e a 3ª posição no 2º eixo, conforme Tabela 3. Como foi significativo o modelo que reúne a “Preocupação Social Urbana” e a “Porcentagem de Comparecimento”, linha 1.2 e colunas P.1 e E.1 no quadro da página 19, será possível pela equação de regressão confirmar a superioridade do comparecimento em Juiz de Fora, tanto nas eleições presidenciais, quanto nas estaduais. Para a eleição municipal o comparecimento não foi significativo⁷. Entretanto, se analisado pela equação do modelo de regressão que reúne a “Preocupação Social Urbana” e a “Porcentagem de Abstenção”, linha 1.2 e colunas P.2, E.2 e M.2 da página 19, verifica-se que a abstenção de Juiz de Fora é inferior a todas as outras. Uma comparação entre os resultados dos modelos significantes e os resultados eleitorais poderá ser feita também utilizando-se das Tabelas 4, 5 e 6, adiante.

⁷ Parece que as eleições municipais seguem uma lógica própria, provavelmente o eleitor sabe que o prefeito não terá chance caso não tenha apoio da situação estadual e / ou nacional. As lideranças e o conceito de influência “habbermasiano” proposto pelo candidato poderão falar mais alto ao eleitor.

Pelo exposto acima, verifica-se que a cidade está bem situada nas duas características estruturantes deste perfil urbano, pois além de características sociais bastante marcantes, traz consigo sinais de especialização, características de cidades grandes. Outro motivo de destaque é que se ranqueadas todas as variáveis educacionais, relativas ao censo 2000, do Atlas do IDH Brasileiro (IBGE, 2003), Juiz de Fora se posicionará, quase sempre, entre as 20 dentre as 54 analisadas, deixando para trás inúmeras capitais brasileiras.

Tabela 2			Tabela 3		
CIDADES AVALIADAS	posição no 1º score	score do "Movimento de Reafirmação Urbana"	CIDADES AVALIADAS	posição no 2º score	score da "Preocupação Social Urbana"
Florianópolis	1º	2,09241	Cachoeiro de Itapemirim	1º	1,09272
Porto Alegre	2º	1,92680	Rio Verde	2º	1,07013
Vitória	3º	1,70712	Juiz de Fora	3º	0,97605
Curitiba	4º	1,52530	Uberlândia	4º	0,95722
Rio de Janeiro	5º	1,48489	Sinop	5º	0,83932
São Paulo	6º	1,34466	Londrina	6º	0,79245
Ribeirão Preto	7º	1,32365	Goiânia	7º	0,75705
Belo Horizonte	8º	1,11371	Campo Grande	8º	0,73743
Presidente Prudente	9º	0,87005	Santa Maria	9º	0,72656
Brasília	10º	0,85721	João Pessoa	10º	0,71254
Belém	11º	0,84071	Governador Valadares	11º	0,64412
Cuiabá	12º	0,78179	Presidente Prudente	12º	0,63787
Goiânia	13º	0,68933	Caruaru	13º	0,61838
Santa Maria	14º	0,64839	Campos dos Goytacazes	14º	0,59826
Salvador	15º	0,62106	Chapecó	15º	0,56130
Manaus	16º	0,54650	Campina Grande	16º	0,54628
Londrina	17º	0,38613	Brasília	17º	0,53758
Palmas	18º	0,37419	Belo Horizonte	18º	0,53307
Juiz de Fora	19º	0,36228	Natal	19º	0,52045
Uberlândia	20º	0,29414	Aracaju	20º	0,36670
Recife	21º	0,29229	Fortaleza	21º	0,31849
São Luís	22º	0,26250	Arapiraca	22º	0,31602
Campo Grande	23º	0,21439	Maceió	23º	0,31357
Aracaju	24º	0,19580	Porto Alegre	24º	0,30597
Chapecó	25º	0,13101	Ribeirão Preto	25º	0,30507
Parintins	26º	0,09836	Recife	26º	0,30320
Porto Velho	27º	0,08590	Curitiba	27º	0,29680
Macapá	28º	0,06168	Imperatriz	28º	0,25223
Santarém	29º	0,05202	Montes Claros	29º	0,23529
Boa Vista	30º	-0,01496	Vitória	30º	0,19062
João Pessoa	31º	-0,04564	Florianópolis	31º	0,18975
Natal	32º	-0,08673	Teresina	32º	0,16441
Fortaleza	33º	-0,14659	Rio de Janeiro	33º	0,06409
Corumbá	34º	-0,37395	Mossoró	34º	-0,00056
Rio Branco	35º	-0,44656	Parnaíba	35º	-0,00878
Montes Claros	36º	-0,48290	São Paulo	36º	-0,02365
Teresina	37º	-0,51539	Ji-Paraná	37º	-0,03203
Sinop	38º	-0,61966	Cuiabá	38º	-0,12610
Maceió	39º	-0,62089	Salvador	39º	-0,13903
Governador Valadares	40º	-0,67216	Feira de Santana	40º	-0,31801
Santana	41º	-0,75005	Palmas	41º	-0,32647
Campos dos Goytacazes	42º	-0,79582	Araguaína	42º	-0,38715
Araguaína	43º	-0,81074	Corumbá	43º	-0,43541
Feira de Santana	44º	-0,81077	Boa Vista	44º	-0,45786
Rio Verde	45º	-0,82304	Crato	45º	-0,60915
Cachoeiro de Itapemirim	46º	-0,91468	Belém	46º	-0,62997
Ji-Paraná	47º	-0,91950	Porto Velho	47º	-0,71629
Campina Grande	48º	-0,94740	Macapá	48º	-0,96739
Mossoró	49º	-1,06272	São Luís	49º	-0,97236
Crato	50º	-1,36067	Rio Branco	50º	-0,98214
Imperatriz	51º	-1,42642	Manaus	51º	-1,11683
Caruaru	52º	-1,85733	Santana	52º	-1,25003
Parnaíba	53º	-2,01274	Santarém	53º	-3,07462
Arapiraca	54º	-2,66692	Parintins	54º	-4,90716

A excelente posição da cidade no 2º indicador comprova o que acontece diariamente nos cafés da rua Halfeld, nos jornais, telejornais e rádios juizforanos. Em suma, por toda a cidade, há décadas, discussões se a cidade deve, ou não, ter um desenvolvimento econômico mais expressivo ou manter um crescimento mais controlado. Já a posição da cidade no 1º indicador mostra que tais discussões vem produzindo resultados e que a cidade vem fazendo a opção por esta via mais desenvolvimentista, principalmente pelos grupos políticos considerados de centro ou de centro-esquerda. Conseqüentemente, podemos ainda inferir a existência de outras variáveis estruturais, intervenientes e psico-sociológicas que possam corroborar nestes resultados, tais como a força de suas lideranças, de sua religiosidade, dos sentimentos comunitários e familiares, fazendo da cidade uma boa escola cívica. Toda a defesa que sempre se fez de uma cidade mais universitarizada, com altos índices de escolarização, educação de qualidade e ótima infraestrutura urbana deve ser levada em conta, já que mesmo não sendo capital de estado, ocupa posições de destaque em todos os índices avaliados⁸. Importante enfatizar que ocupar uma boa posição em relação às outras não a exime de enfrentar problemas.

Tabela 4

Eleição Presidencial de 2006

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	84,14	86,05	83,82	85,98	85,49
Abstenção	15,86	13,95	16,18	14,02	14,51
Válidos	90,17	89,81	89,25	91,88	91,24
Branços	4,01	3,26	3,35	3,03	3,12
Nulos	5,82	6,93	7,40	5,09	5,65
Branços e Nulos	9,83	10,19	10,75	8,12	8,77
Taxa alienação	24,13	22,72	25,19	21,00	22,00

Fonte: TSE

Tabela 5

Eleição Estadual de 2006

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	84,14	86,05	83,82	85,98	85,49
Abstenção	15,86	13,95	16,18	14,02	14,51
Válidos	87,91	80,56	88,95	89,02	84,55
Branços	4,63	6,71	4,02	4,71	5,93
Nulos	7,46	12,73	7,03	6,28	9,53
Branços e Nulos	12,09	19,44	11,05	10,99	15,46
Taxa alienação	26,03	30,68	25,44	23,46	27,72

Fonte: TSE

⁸ Quem se dispuser avaliar índices sócio-econômicos de Juiz de Fora, também poderá fazê-lo ou pelo Anuário Estatístico, ou pelo Banco de Dados Municipal, ambos na página do Centro de Pesquisas Sociais da UFJF. O anuário, até então, tem sido mantido num acordo com a própria Prefeitura de Juiz de Fora, em diferentes administrações.

Tabela 6
Eleição Municipal de 2008

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	83,15	85,15	82,09	84,37	85,29
Abstenção	16,85	14,85	17,91	15,63	14,71
Válidos	85,48	89,90	87,25	92,08	93,89
Branços	6,13	3,55	5,27	3,34	1,81
Nulos	8,39	6,55	7,48	4,58	4,30
Branços e Nulos	14,52	10,10	12,75	7,92	6,11
Taxa alienação	28,92	23,45	28,38	22,31	19,92

Fonte: TSE

Como mencionado, acredita-se que o trabalho de Santos (Santos, 2007) consegue grande eficácia na explicação da participação política brasileira, visto que por ser alto o *custo do fracasso*, a participação política se atém, muitas vezes, à participação eleitoral. Logo, o presente artigo consegue, ao confirmar maior participação do eleitor juizforano, propor uma avaliação crítica de onde se encontram as cidades brasileiras e, por acompanhar uma tradição de análise social, solicitar que o processo democrático continue sendo ampliado num alargamento contínuo da participação. Além disso, propõe que as barreiras de natureza física e social, entendidas antes como escolarização, extensão territorial e taxa de urbanização (Lima Junior, 1990), sejam agora literalmente traduzidas como condições mínimas urbanas, pois aquelas cidades que não oferecem condições básicas de educação, habitação, saneamento, renda, saúde e estímulos ao desenvolvimento econômico recebem nas urnas o recado popular: baixo comparecimento. E assim realizam o próprio *cálculo da razoabilidade*, defendido por Santos. A adoção do conceito de “Perfil Urbano Brasileiro”, com seus eixos “Movimento de Reafirmação Urbana” e “Preocupação Social Urbana”, juntamente com uma avaliação mais detalhada de suas variáveis componentes pode contribuir para que a sociedade civil ative a esfera pública, advertindo os eleitores e o parlamento da necessidade de políticas públicas localizadas e redistributivas, ao propor indicadores de onde se encontram nossas cidades e em que lugar deveriam se encontrar.

Referências Bibliográficas:

ADORNO, Theodor. (1985). “A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”. In: *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.

ASSIS, Éder de Araújo de. (1998). *O Voto Eletrônico em Minas e Goiás*. Revista do Legislativo, nº 24, out/dez-98. Assembléia Legislativa de MG, Belo Horizonte.

BARBOZA FILHO, Rubem. (2000), *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte, Ed. UFMG. Rio de Janeiro, IUPERJ.

BRASIL, TSE. (Tribunal Superior Eleitoral). Dados estatísticos. Disponível em: www.tse.gov.br.

CARMO, Erinaldo F. ; CORDEIRO, Gauss M.; ROCHA, Enivaldo C. (2006). “Medindo a Alienação e a Participação do Eleitorado nas Eleições Proporcionais de Pernambuco”. *Paper apresentado no III Seminário de Ciência Política da UFPE*. Disponível em: www.seminariopolitica.t5.com.br/docs/Anais/Papers/ST331.pdf, capturado em 03/11/08.

FIGUEIREDO, Marcus.; LOMBARDO JORGE, Vladimyr. (1997). “São Paulo: Dinâmica e formato do sistema partidário”. *In: Figueiredo, Lombardo Jorge e Lima Junior. O Sistema Partidário Brasileiro, diversidade e tendências, 1982-94*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

GIUSTI TAVARES, José Antonio. (1997). “Prefácio”. *In: Giusti Tavares e Lima Junior. O Sistema Partidário Brasileiro, diversidade e tendências, 1982-94*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

HABERMAS, Juergen. (1990). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

IBGE, (2003). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, CD ROOM.

LAMOUNIER, Leonardo Alves. (1997). “Minas Gerais: O sistema partidário nas duas últimas décadas”. *In: Lamounier e Lima Junior. O Sistema Partidário Brasileiro, diversidade e tendências, 1982-94*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. (1997). *O Sistema Partidário Brasileiro, diversidade e tendências, 1982-94*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

-----, Olavo Brasil de. (1990). “Alienação Eleitoral e Seus Determinantes – nota de pesquisa”. Dados - *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 14. Rio de Janeiro, IUPERJ.

MAGALHÃES, Raul Francisco. (1997). *Ciência, Ficção e Contrafactualidade: aproximações exploratórias*. Série Estudos 98. Rio de Janeiro, IUPERJ.

-----, Raul Francisco. (1994). *Crítica da Razão Ébria: reflexões sobre drogas e a ação imoral*. São Paulo, Annablume.

NICOLAU, Jairo Marconi. (2002). *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2007). *Horizonte do Desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro, FGV.

SCHMITT, Rogério Augusto. (1997). “Rio de Janeiro: Multipartidarismo, competitividade e realinhamento eleitoral”. In: Schmitt e Lima Junior. *O Sistema Partidário Brasileiro, diversidade e tendências, 1982-94*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

SILVEIRA, Flavio Eduardo. (1998). *A Decisão do Voto no Brasil*. Porto Alegre, Edipucrs.

SOUZA, J.; ÖELLE, B. (orgs.).(2006). *Simmel e a Modernidade*. Brasília, UnB.

WEBER, Max. (1992). *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.